



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTANCIA - NEaD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZAÇÃO NA MODALIDADE A DISTANCIA - SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (UAB)**

ELAINE DANTAS VASCONCELOS CAITANO

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
ESPECIAL: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL
JOAQUIM FELICIO DE MOURA - MOSSORÓ/RN**

**MOSSORÓ
2024**

ELAINE DANTAS VASCONCELOS CAITANO

**A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR A
PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM FELICIO DE MOURA -
MOSSORÓ/RN**

Artigo apresentado ao Núcleo de Educação à Distância, Especialização em Atendimento Educacional Especializado, para obtenção do título de Especialista em Educação Especial.

Orientadora: Dra. Ana Maria Bezerra Lucas.

MOSSORÓ

A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM FELÍCIO DE MOURA - MOSSORÓ/RN

Elaine Dantas Vasconcelos Caitano

RESUMO: O artigo apresenta como a secretaria de educação do município entende que deva ser a formação dos profissionais de educação especial no município de Mossoró/RN. O intuito é verificar qual a percepção que o município tem de Educação especial e como ela se efetiva a partir de um olhar de como tem se dado a Educação Especial na Escola Municipal Joaquim Felício de Moura a partir da investigação das principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Educação de Mossoró e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado. Como objetivos temos: Apresentar as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da Educação brasileira, com foco para a Educação no ensino fundamental; Descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, no que refere a formação de seus professores e professoras para atuação na área da Educação Especial; Investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Mossoró/RN para a formação de profissionais para atuação na área do Atendimento Educacional Especializado. Como método de procedimento foi utilizado a pesquisa bibliográfica e o uso de entrevistas semi abertas. Como conclusão temos que existe uma preocupação da Secretaria Municipal de Mossoró na formação dos profissionais que atuam na educação especial no município de Mossoró/RN.

PALAVRAS-CHAVE: Professores. Desafios. Inclusão.

1 INTRODUÇÃO

No contexto, do Atendimento Educacional Especializado, onde um profissional devidamente preparado para atender crianças com deficiências, necessidades especiais na Perspectiva Inclusiva que auxilia o professor de sala comum, para a melhoria do processo aprendizagem dos alunos. Apresentando as normativas legais que tratam da inclusão: como se encontra os programas de inclusão da Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Educação de Mossoró e analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam no Atendimento Educacional Especializado.

A metodologia usada foi a pesquisa qualitativa exploratória descritiva, bibliográfica e documental o trabalho em Educação Inclusiva, tem sido entendido como algo muito desafiador pois atuar pedagogicamente em uma sala de recursos multifuncionais (SRM), não é nada fácil, principalmente quando tem pessoas de diversas deficiências, porém já dispõe de curso de formação específica para esta área, apesar da formação exigida legalmente, ainda há necessidades de aperfeiçoamento em suas práticas pedagógicas, para trabalhar os desafios existentes principalmente em Transtorno do Espectro Autista (TEA).

A educação na perspectiva inclusiva é um grande desafio, para atender as necessidades especiais dos alunos com deficiências, seja qual for ela, buscando ir além, aprimorar os conhecimentos, recursos, estratégias metodológicas que vai fazer toda a diferença no desenvolvimento da aprendizagem do aluno com necessidades especiais.

No fazer pedagógico dos professores que atuam na Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, com participação com o professor de AEE, como também dos profissionais auxiliares, como os estagiários de pedagogia ou disciplinas básicas da educação. Para compreender melhor essa questão, enfrentada pelos educadores diante da grande demanda de alunos que precisam de suportes pedagógicos, em virtude de a escola ser uma referência no bairro, por exemplo, professores comprometidos e qualificados, que atendem a comunidade escolar, onde obtém excelentes resultados dos alunos.

Esta pesquisa teve como fonte a pesquisa bibliográfica de autores que mencionam a importância da educação inclusiva, com lidar com os desafios diante da necessidade tanto dos professores como dos alunos na perspectiva inclusiva, com adaptações de matérias, colaboração com profissionais especializados com planejamento de aulas inclusivas e utilização de tecnologias assistivas.

A pesquisa do caso dos principais desafios no fazer pedagógico dos professores e professoras que atuam na escola no Felício de Moura apresentando as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da educação brasileira com foco na educação do ensino fundamental, descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da escola Felício de Moura no que se refere a formação dos professores e professoras para atuação na educação especial.

O artigo está dividido em três tópicos, sendo o primeiro intitulado *A Educação Especial no Brasil: Breve contexto e respaldo legal*, onde é apresentado um breve contexto da Educação Especial e sua recepção na legislação brasileira; o segundo intitulado *A Implementação da Educação Especial No Município de Mossoró/RN*, onde apresento uma breve síntese de como a Educação especial foi implantada em Mossoró e, por fim, *A Educação Especial e a Formação dos Professores do Felício de Moura*, nele apresento os resultados de duas entrevistas feitas, uma com a secretaria de Educação e a outra com a Coordenadora da Educação Infantil do município de Mossoró/RN.

Por fim, é importante frisar que as principais ações estratégicas existentes na Secretaria Municipal de Mossoró para a formação de profissionais para atuação da área do atendimento educacional especializado, se preocupa na formação dos professores com capacitações, com planejamentos e avaliações bimestrais desses atendimentos especiais tendo

como maior desafio os alunos com TEA, que necessitam de suporte nível 3, tendo que ter mais estratégias para trabalhar essa deficiência.

2 A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: BREVE CONTEXTO E RESPALDO LEGAL

A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo Inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola.

Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

As políticas de Educação Especial formuladas e desenvolvidas em todo o mundo devem ser compreendidas sobre o prisma da conquista de milhares de pessoas em prol de uma sociedade Inclusiva que garante a igualdade de oportunidades para todos bem como o acesso à permanência a participação e aprendizagem na trajetória educacional. A declaração universal dos direitos humanos promulgada pelas Nações Unidas ONU em 10 de dezembro de 1948 que ressaltou a relevância da educação como instrumento de liberdade para o homem. (Bedaque, (2015, p. 17).

A Constituição Federal de 1988 descreve no Artigo 205, que a educação é direito de todos e Dever do Estado e no artigo 208 inciso III respalda a responsabilidade do Estado para com Atendimento escolar da pessoa com deficiência afirmando o “Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”. Este atendimento possibilita ao educando o acesso ao currículo e recursos especializados que facilitaram o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem. A declaração mundial de educação para todos, concebido em Jomtiem, na Tailândia, em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos. Reafirma o direito que todos deva educação, segundo Bueno (2004), representada por escola especiais e classes especiais, dessa maneira passou a defender uma política educacional no sentido de incluir todos os estudantes no sistema educacional regular. Para as pessoas com deficiência esse documento foi significativo depois conforme este autor apenas uma pequena parcela dessa população conseguia chegar à escola.

Outro Documento legal de destaque é a Declaração de Salamanca (1994), que direcionam para os princípios inclusivos, que também foi endossada pelo Brasil sendo um avanço para as pessoas com deficiência elaborado nos princípios políticos e prática em educação especial, onde todos possam viver com as diferenças, não só as pessoas com

deficiência, mas todos que ficavam, e ainda permanecem à margem do processo educacional ou ainda, são excluídos destes. O documento, elaborado na Conferência que ocorreu na Espanha, sobre princípios, política e prática em Educação Especial, proclama que:

Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; [...] aqueles que necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades. (Bedaque, 2015, p. 17).

A lei Nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em seu art. 58, caracteriza a educação especial como modalidade de educação escolar que visa disponibilizar os recursos e serviços de apoio especializado devendo esta ser oferecida “preferencialmente na rede regular de ensino” e o primeiro parágrafo deste mesmo artigo diz que: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. (Brasil, 2024, online). O Art. 59 garante que os Sistemas asseguram “currículos, métodos” técnicas, recursos educativos e organização Específicas, para atender as suas necessidades”. (Brasil, 2024, online).

Quando se fala de educação inclusiva tem a ideia de que o aluno precisa ser inserido em sua totalidade dentro de um meio de forma igualitária. Todavia a inserção de um estudante sem levar em consideração suas necessidades específicas acaba por ampliar as dificuldades do aluno. A partir desse olhar, o trabalho objetiva investigar as contribuições das tecnologias acessíveis na educação profissional e tecnológica.

Conforme Vygotsky (1995), A avaliação de uma criança não deve partir do que falta, do defeito ou da deficiência, e sim das suas potencialidades. Para os seguintes autores, Vygotsky (1989) apud Cunha, Cunha Silva, (2013, p. 07), “[...] a criança, cujo desenvolvimento se tem complicado por um defeito, não é essencialmente menos desenvolvida porque seus coetâneos normais, é uma criança, porém desenvolvida de outro modo”.

A educação é um direito de todos, como já dissemos, é garantido no artigo 205 da CF/88, todavia a educação inclusiva ainda é uma um grande desafio para os profissionais da Educação desde a gestão da escola que garante ou não o direito à matrícula dos alunos até a Metodologia utilizada na abordagem das aulas pelo professor. Com o avanço das tecnologias as políticas públicas vêm dando subsídios para as necessidades de se discutir e criar possibilidades de inclusão para a pessoa acometida por alguma deficiência por necessidade

Específica. Segundo Júnior e Lacerda (2018), as políticas públicas vêm avançando cada vez mais nas discussões acerca do currículo e propostas pedagógicas que visem uma educação mais inclusiva.

Desde os anos 1960, que várias mudanças sociais e políticas permitiram avanços tecnológicos e nas políticas educacionais, resultando um forte aumento de atividades na área dos direitos Civis e também com relação aos direitos das pessoas com deficiências. Um marco muito importante foi a Convenção das Nações Unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência, 2006. O núcleo dos princípios da convenção está no direito de todas as pessoas com deficiência à participação e inclusão plena e efetiva na sociedade.

O Brasil aderiu à convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pelo protocolo facultativo aprovado por meio do Decreto Legislativo nº 186/2008, com status de emenda constitucional, e promulgados pelo decreto de nº 6.949/2009 com base nos termos desse protocolo em 2011, foi lançado o programa “Viver Sem Limite” pelo Decreto de número 7.612, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e Ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência. (Bedaque, 2015, p. 19).

Entende-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2024).

No que se refere à Declaração de Salamanca, revela que os princípios que devem nortear a educação inclusiva, como princípio fundamental, que a escola inclusiva é aquela em que todas as crianças devem aprender juntas sempre que possível independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter e devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado arranjos organizacionais estratégias de ensino uso de recurso e parceria com as comunidades. É importante destacar ainda a preocupação com a formação dos educadores para atuar nas escolas inclusivas. (Bedaque, 2015).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 prevê inserir no ensino regular as crianças com necessidades especiais, e garante no seu art. 5º igualdade para todos: “a Igualdade de condições de acesso e permanência na escola” é um dos princípios para o ensino. Também afirma que “[...] é dever do Estado a oferta de atendimento especializado Preferencialmente na rede regular de ensino isso é reforçado, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº

8.069/90, no Art. 55, a qual cita que “os pais os responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino” segundo Bueno (2004).

No contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no ano de 2008, que regulamenta o atendimento educacional especializado (AEE), no âmbito da inclusão escolar começaram-se traçar as diretrizes desta modalidade complementar E suplementar de ensino.

O dispositivo legal prevê o AEE como: “[...] o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e Pedagógicos organizados institucionalmente prestado de forma complementar ou suplementar a formação dos alunos no ensino regular” (Brasil, 2024, online), devendo assegurar Reconhecimento e atendimento das particularidades de cada aluno com necessidade Educacionais especiais.

A resolução de nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação, veio instituir as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade Educação Especial definido o seguinte:

Art. 1º Para implementação do Decreto de nº 6.571/2008, os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas Habilidades/ superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros De Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, Confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

O artigo 2º diz que o Atendimento Educacional Especializado tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno a partir da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias, com vista a eliminar barreiras e que permita sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. Conforme a Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 do Conselho Nacional de Educação, veio instituir as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

3 A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

A resolução CME nº 01 de 26 de julho de 2023 regulamentou a Educação Especial da rede municipal de ensino de Mossoró/RN, com o objetivo como objetivo a oferta da Educação Inclusiva para crianças/alunos (as) com deficiências o Transtorno do Espectro

Autista - TEA e Altas Habilidades/Superdotação, bem como estabelece que a sua atuação deve se dar de forma a garantir a escolarização das crianças/alunos(as) do seu público alvo na rede regular de ensino contribuindo na construção de um sistema educacional inclusivo em conformidade com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva e a Lei de nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

De acordo com a mesma resolução a Educação Especial no município de Mossoró se integrará ao sistema de ensino, a partir de sua descrição no Projeto Político Pedagógico - PPP da escola do ensino regular, e se efetivará a partir da disponibilização de serviços na oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE e na orientação e utilização de estratégias pedagógicas acessíveis à aprendizagem.

Dessa forma, com o intuito de verificar como tem se dado a implementação da Educação Especial em Mossoró, foi escolhida a Escola Municipal Joaquim Felício de Moura - Mossoró/RN, onde como forma de coleta de dados utilizamos uma entrevista, com roteiro semiaberto, com a Secretária de Educação Especial de Mossoró.

As questões abordadas na entrevista versaram sobre a implementação da AEE, em Mossoró, que foi respondido o seguinte:

O Atendimento Educacional Especializado, teve início na rede municipal de Mossoró, como serviço da Educação Especial em 2007, foram organizadas tendo como a pioneira **Escola Municipal Francisco de Assis Batista** e depois se ampliou no ano seguinte 2008, com mais 4 salas de recursos multifuncionais, que foram: a **Escola Municipal Marineide Pereira da Cunha**, **Escola Municipal Senador Duarte Filho**, **Escola Municipal Dolores do Carmo Rebouças** e **Escola Municipal Joaquim Felício de Moura**. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024, grifos da autora)

Como pode-se perceber o início do atendimento educacional especializado em Mossoró já tem sete anos e a Escola, objeto dessa pesquisa, com a AEE desde a sua implementação na cidade. Como as estratégias para a inclusão devem ser pensadas de maneira a atender as crianças e adolescentes e colaborar com a sua aprendizagem, dessa maneira, a formação dos profissionais que atuam na área é de grande relevância para o êxito dessas propostas, por estes motivos, fizemos a seguinte pergunta a secretária: Na sua opinião qual seria a formação necessária para a função do professor em AEE? No que foi respondido o seguinte:

Graduação em educação especial, graduação em Atendimento Educacional Especializado, ou Educação Especial ou Educação Inclusiva, pós graduação tanto Lato ou estrito, e também na graduação das disciplinas da educação básica, e que tenha pós graduação em Educação Especial, ou Atendimento

Educacional Especializado e Educação Inclusiva. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Como descrito acima, a secretária entender a importância da formação e da qualificação dos profissionais que irão atuar na AEE. Por este motivo, indagamos o que a secretária achava da ampliação do AEE nas redes públicas e privadas. No que ela respondeu:

É um direito que precisa ser ampliado porque o atendimento educacional especializado, ele identifica, ele constrói elabora, produtos, recursos e estratégias de acessibilidade a criança que ele aprenda e tenha um direito como toda criança. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

De posse dessa opinião, questionamos de que maneira as atividades de aprendizagem dos alunos do AEE devem ser propostas para que seus objetivos sejam alcançados, no que ela afirmou:

Partido do direito a escola, a aprendizagem, o atendimento educacional é um serviço que acontece na sala de recursos multifuncionais e nesse serviço o professor de AEE, de atendimento, ele faz a escuta da família as escuta dos professores, dentro do caso e ele faz a escrita do caso do e constrói o plano de atendimento educacional especializado, no plano vai identificar a potencialidade da criança e também quais os recursos de acessibilidade que precisa, para que em sala de aula comum, ele tem acesso ao que todos estão tendo, ele tem acesso ao conteúdo que está sendo estudado a experiência que tá sendo feita então nessa relação a criança vai ter acesso a aprendizagem. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

O público alvo da Educação Especial, no município de Mossoró, em consonância com a resolução abrange os alunos com deficiência visual, física, intelectual, auditiva, auditiva e surdez e também alunos com TEA, Transtorno com Espectro Autista e altas habilidades e Superdotação. Para verificar como o AEE estava se dando, buscamos conhecer quais os serviços eram ofertados aos alunos atendidos pelo AEE, em que a secretária disse:

Temos as salas de recurso multifuncionais que oferta o atendimento Educacional Especializado, o centro de apoio ao deficiente visual, CADV, Educacional Especializado, o serviço dos intérpretes de libras nas escolas que tem crianças e estudantes surdos dois intérpretes de libras, que tem crianças surda, dois para cada sala de aula, nós temos o serviço de apoio ao professor, que é são os estagiários, a criança com deficiência intelectual TEA ou alguma deficiência física, no caso uma criança, estudante com paralisia cerebral, é bem singular, a escola avalia, solicita, encaminha para uma UBS, para dar continuidade ao Atendimento Especializado. A contratação de estagiários, que dar esse apoio são ao professor de pedagogia e das disciplinas de educação básica. Temos também outros serviços, carteiras acessíveis que são carteiras que a escola solicita a partir da necessidade do aluno que é feita a compra dessas carteiras, se precisa de uma prancha de apoio. Também nós temos a compra de materiais de tecnologia

assistiva que o município está ampliando nesse sentido, para a acessibilidade das crianças, por exemplo um teclado com acessibilidade para criança com deficiência física, também já começou a usar o serviço de sirene musical, para aquelas crianças com TEA, já começou nas dez primeiras escolas e vai ampliar para todas as escolas. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Ciente que o AEE é um direito, perguntamos a secretária: Em que níveis e modalidades de etapas de ensino que o sistema de Ensino da Educação pública deve assegurar a oferta da Educação Inclusiva, uma vez que algumas dificuldades podem nunca ser superadas e o AEE se fazer presente, em que a secretária afirmou que:

A oferta do Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que é ofertado desde da rede municipal infantil, ensino fundamental iniciais e finais e vai até ao ensino superior desde que seja necessário. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Diante dessa resposta, procuramos saber quantos estudantes da educação especial podem ser matriculados em estabelecimento do ensino público que ainda não possuem salas de recursos multifuncionais, a secretária disse:

Hoje o município dispõe da matrícula antecipada, para o público da Educação Especial, justamente para saber o número de criança, com necessidades especiais por turma, para a escola organizar os professores para cada criança, e quando não tem a sala de recursos multifuncionais a escola encaminha para a escola polo, aquela que tem sala de recursos multifuncionais mais próxima para atender aquela criança com necessidade especial, da escola circunvizinha. necessário. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Com essa resposta, quisemos saber quais os profissionais que os estabelecimentos de ensino público devem dispor para a inclusão dos estudantes da Educação Especial, na perspectiva inclusiva, no que foi dito:

[...] o professor de sala de aula comum, o intérprete libras, o estagiário que dá apoio, é o supervisor pedagógico, o gestor, então todos estão envolvidos nesse processo de inclusão, para que haja acesso e permanência de aprendizagem e participação desses estudantes e crianças, então é toda uma rede que é construída, vai desde o gestor, supervisor, professor, professor do Atendimento Educacional Especializado, então é toda uma rede que constrói de profissionais numa perspectiva inclusiva para que se fundamente, que se ampliem todos os serviços para garantir a aprendizagem desses alunos. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Com esse quantitativo de profissionais disponíveis para a implementação do AEE, indagamos sobre o que a secretária entende de que deva ser o Plano de Atendimento Educacional Especializado, em que ela respondeu:

É um plano construído pelo professor, com a escuta dos profissionais que atendem a criança o adolescente, a escuta da família escuta sensível a escuta dos professores é do ensino comum a escuta do próprio estudante da própria criança, então a partir desses dados, dessa coleta de informações que o professor do Atendimento Educacional faz, constrói o estudo de caso, nesse caso vai escrever, colocar todas as informações que foram levantadas e nessas informações ele vai também pensar quais as potencialidades e dificuldades que se faz neste estudo, a partir desses dados, vai montar o plano de Atendimento Educacional Especializado. Nesse plano tem os objetivos, tem o tempo que ele vai atender, se é um plano normalmente tem o tipo de atendimento sem individual, se é em grupo, quantas vezes na semana, as atividades que vão ser desenvolvidas, por esse para essa criança estudante como por exemplo é uma criança que precisa da comunicação alternativa aumentativa, ele vai colocar se é uma criança que precisa de uma prancha de comunicação, então ele vai colocar todas as necessidades nesse plano, também vai colocar quais são as orientações que o professor do AEE, vai dar para o professor, para a supervisão escolar, para a família e também para o próprio estagiário da turma, na organização da rotina, do dia a dia, ao final do plano tem uma avaliação como é que vai ser feita. Essa avaliação hoje na rede municipal é feito com acompanhamento bimestral quando dá uma orientação ao professor da sala regular de acessibilidade da criança na turma, é para toda equipe pedagógica, para construção do recurso, por exemplo uma rotina visual, qual recurso vai usar, pra família tá fazendo em casa, e também orienta no plano quais as parcerias, que vai precisar, a equipe de saúde, se precisa ser atendido por uma equipe multidisciplinar fazendo essa ponte, um psicólogo, um terapeuta, ou fonoaudiólogo, muitas vezes, manda uma orientação para ajudar no comportamento. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Diante dessa resposta procuramos saber de que forma se dá a identificação das deficiências dos estudantes, e de que forma o município se prepara para esse atendimento, em que nos foi dito:

A rede municipal de Educação, hoje conta com um calendário de matrícula antecipada, neste caso, é para o público da Educação Especial e nessa matrícula, o pai ou responsável, faz a garantia da matrícula e futuramente constatada a matrícula, apresenta toda a documentação na escola, com diagnóstico médico, então ele faz a matrícula antecipada, confirma essa matrícula e apresenta toda documentação na escola. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

Por fim, e com vista a alcançar os objetivos dessa pesquisa, buscamos saber quais as principais ações existentes na Secretaria da Educação Municipal de Mossoró, para a formação de profissionais para atuação na área do AEE, no que foi dito:

A Secretaria Municipal de Educação, conta com a Coordenadoria de Educação Especial, que articula todas as ações com relação ao Atendimento Educacional Especializado, que acontece nas salas de recursos multifuncionais como no centro de apoio ao deficiente, outra coisa, é importante destacar que o Atendimento Educacional Especializado, não é reforço, ele é um serviço especializado no qual, vai ser identificadas, construídas recursos e estratégias de acessibilidade, então o aluno com TEA,

que precisa de comunicação, o professor vai descobrir qual a forma de comunicação que vai precisar, o potencial desse aluno, a partir daí vai ver se é uma prancha de comunicação, são fichas de comunicação, um aluno com deficiência intelectual, quais as funções cognitivas que precisam ser desenvolvidas, o aluno com baixa visão, qual o recurso de acessibilidade que precisa, o aluno cego, como é que a gente vai desenvolver apropriação dele, se é da escrita braile, do código como é que é feito isso tanto é que as atividades do Atendimento Educacional Especializado, elas são específicas, no plano o professor vai dizer o que vai ser desenvolvidas, nas atividades, por exemplo, uma atividade do Atendimento Educacional Especializado, que são, desenvolvimento de funções cognitivas, uso da comunicação alternativa e aumentativa, é orientação e mobilidade, o uso dos recursos ópticos e não ópticos, informática acessível, uso de vida diária, então, atividades especializadas, para descobrir quais os recursos de acessibilidade. (Entrevista concedida a autora em 08 de novembro de 2024)

No próximo tópico iremos tratar da formação dos professores e professoras para atuação na educação especial de Mossoró, em específico os profissionais da Escola Municipal Joaquim Felício de Moura.

4 A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO FELÍCIO DE MOURA

O aprendizado do aluno com deficiência intelectual, física sensorial, baseia-se na tolerância e no respeito à sua identidade, cabe então analisar o desafio estabelecido para os educadores no contexto da inclusão social contemporânea.

Nesse sentido a realidade dos nossos tempos demanda dos professores uma reflexão estratégica no processo de ensino e aprendizagem e por este motivo a proposta da escola igualitária e democrática passa pela oferta de oportunidades de ensino diversificadas, respeitando a identidade e as necessidades de cada aluno.

Distancia-se do perfil de hoje o professor apenas preocupado com os fundamentos e os conteúdos da disciplina que leciona. É preciso que antes de qualquer outra coisa o educador assimile e compreenda a maneira como a mente dos seres humanos se opera para o conhecimento, isto porque, como diz Philippe Perrenoud (2000, p. 11), existem novas competências para ensinar, principalmente porque a profissionalização, o trabalho em equipe e por projetos, a autonomia e a responsabilidade crescentes, sem esquecer da sensibilidade em relação ao saber, delineiam um roteiro novo para as pedagogias diferenciadas.

Há de se ponderar que a educação especial não está desvinculada da educação comum. Constitui ela parte ou ramo desta, voltada para o atendimento de estudantes com necessidades especiais sendo um dos seus objetivos proporcionar ao educando a formação

necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de autorrealização, preparação para o trabalho e para o exercício da cidadania.

O Projeto Político Pedagógico (PPP), da Escola Felício de Moura, com relação a Educação inclusiva. Lá, pode-se perceber o compromisso com uma educação equitativa com vistas a uma prática pedagógica articulada com a AEE, personalização do ensino, onde a formação docente, adequada e com diferentes profissionais, pois de acordo com Libâneo (2004, p. 2), se a formação docente apresentar algum déficit, isso teria “[...] resultado num grande contingente de professores mal preparados para as exigências mínimas da profissão”. Dessa forma, compreende-se a importância de uma formação docente ser oferecida com qualidade.

De acordo com dados da Secretaria de Educação Especial de Mossoró, o município com 2.040 (dois mil e quarenta) professores e professoras que atuam no AEE.

Para verificarmos se a atuação dos profissionais é coerente com o que o PPP enuncia, apresentamos os resultados da Entrevista realizada com Cláudia Glauciana Costa da Silva, da Coordenadoria da Educação Especial), em 08 de novembro de 2024.

A pergunta inicial foi sobre o ano foi implantado o Atendimento Educacional Especializado na Escola Municipal Felício de Moura, onde foi respondido:

O Atendimento Educacional Especializado teve início em 03/05/2012, com a professora Rosângela Maria de Oliveira, especializada em (AEE), responsável pela a sala de recursos multifuncionais apenas no turno vespertino, no ano seguinte passou a atender os dois turnos, alunos da escola e também das escolas circunvizinhas. (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

A resposta dada vai de encontro ao que foi dito pela secretária que aponta a Escola como uma das primeiras a ter o AEE, quando da implementação no município, no ano de 2006.

Em seguida buscamos saber quantos alunos são matriculados na escola regular e quantos com necessidades de Atendimento Educacional Especializado, no que foi dito:

Hoje, os alunos matriculados na escola Felício de Moura, são no total 412 (quatrocentos e doze), com 23 (vinte e três) alunos com necessidade especiais, sendo que a escola atende 13 (treze) alunos de outras escolas circunvizinhas, chegando ao total de 36 alunos do AEE. (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

A resposta referenda a informação já trazida pela secretária, em que ela firmou que na ausência de salas com equipamentos em alguma escola, os alunos são encaminhados para escolas polo.

Dessa maneira, é importante conhecer de quais escolas esses alunos eram oriundos e quantos eles eram, ao que nos foi dito:

São atendidos 05 alunos no turno matutino e 08 alunos, no turno vespertino das escolas circunvizinhas, que são: a E. M. Francisco Morais Filho, E. M. Professor Antônio da Graça Machado, E. M. Raimundo Fernandes, UEI. Lindalva de Oliveira Dias Castro, UEI Mário Negócio e UEI Francisca Clara de Souza. (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

E ainda perguntamos quantos estudantes da Educação Especial Inclusiva podem ser matriculados por turma e foi respondido que “Não tem número determinado, quantos for necessário.” (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

Se não temos esse limite, foi importante indagarmos a quantidade de professores que atuam na Escola e foi afirmado que:

São 25 (vinte e cinco) professores efetivos, 12 (doze) no turno matutino e 13 (treze) no turno vespertino, mais 13 (treze) estagiários, sendo 9 (nove) auxiliares e 4 (quatro) interpretes de libras, para atender um aluno com deficiência, (surdo e mudo). (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

Por fim, perguntamos quais seriam os principais desafios encontrados para a realização do Atendimento Educacional Especializado e tivemos como resposta o seguinte:

O desafio encontrado hoje na escola Felício de Moura é a sua estrutura física que é pequena para dar o suporte a demanda de crianças que tem aumentado bastante nos últimos anos, em especial do Transtorno Espectro Autista (TEA), de nível de suporte 3 (autismo severo), que necessita de uma estratégia maior e até mesmo de ajuda de profissionais da saúde. (Entrevista concedida a autora em 11 de novembro de 2024)

Como visto, apesar de todo o corpo de professores, a estrutura física ainda fica a desejar para uma efetiva aprendizagem. Percebe-se que o objetivo da pesquisa foi alcançada na medida que foi possível identificar que os desafios enfrentados na Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, está presente, no que diz respeito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), embora tendo a sala de recursos multifuncionais (SEM), que dá apoio ao ensino regular comum por meio da prática pedagógica adaptáveis e individualizada que contribui para o aprendizado das Crianças com necessidades especiais na Perspectiva Inclusiva, garantindo que as crianças um bom desenvolvimento com o assunto estudado na sala de aula comum.

5 CONCLUSÃO

Durante todo o estudo investigado foi possível entender as práticas pedagógicas dos professores do atendimento educacional especializado e seus desafios, bem como identificá-las, compreendê-las e explicá-los nesse espaço diversificado de fazer pedagógico que encontra as salas e recursos multifuncionais (SRM), atuando os profissionais do AEE, professores que tem a responsabilidade de atender os alunos com necessidades especiais de aprendizagem para promover a inclusão e igualdade equidade para todos no que diz as normativas legais que fala da Inclusão.

Contudo a estrutura física da escola pequena é um dilema, a escola que tem vários profissionais e auxiliares que acompanham esses alunos com necessidades especiais, sendo o maior desafio é atender crianças com necessidades do suporte 3, dos Transtorno do Espectro Autista, pois os mesmos demandam muitas estratégias para trabalhar suas singularidades necessitando muitas das vezes de uma equipe médica além de toda a equipe pedagógica da escola.

A partir desta pesquisa pude perceber com o monitoramento das políticas educacionais para garantir a efetiva inclusão de todos os estudantes com a materialização da prática do que está previsto no marco normativo.

Por meio desta pesquisa, podemos comprovar que o município tem investido muito na inclusão, com a ampliação de novas escolas com salas de recursos multifuncionais, para melhor distribuir e atender a necessidades da comunidade escolar.

A inclusão escolar da pessoa com deficiência é uma forma de orientação do potencial e das capacidades de aprendizagem dos alunos, estimulando com oportunidades e experiências que possam adquirir habilidades e entender o que ocorre ao seu redor. O desenvolvimento como um processo qualitativamente diferente para cada indivíduo, sendo a mediação fundamental para obtenção de bons resultados.

Nossas dificuldades iniciais e possivelmente mais significativas encontra-se no plano do cotidiano de nossa capacidade de agir em modo sintonia com os atuais desafios que caracterizam a vida de cada professor. Trata-se portanto de valorizarmos o conhecimento que já existe sobre o processo de aprender e ensinar evitando qualquer tesão simplificadora que separe o aluno com deficiência de seus companheiros, No que se refere ao conceito atendimento educacional especializado, espero que tenha ficado claro que defendo uma prática de educador especializado que não se restrinja a um espaço físico e não seja centralizado em um situação a ser corrigida, mas que seja uma ação criativa, em suas possibilidades de suas metas, no modificar o conjunto de relação que contribuem para a estagnação do aluno na sua dificuldade de aprendizagem e desenvolvimento.

É possível que tenhamos sinônimo de ação pedagógica em educação especial, seria conceber um conjunto de amplas possibilidades de intervenção, ficasse reduzido a defesa de atendimento no único modelo de sala de recursos multifuncionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. Atendimento Educacional Especializado. Mossoró: EDUFERSA, 2015.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira**. 2. ed. [S.l]: Educ, 2004.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 4/2009. **Institui as Diretrizes Operacionais do Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17. Disponível em: <https://www.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2024

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 02, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, 14 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 06 ago. 2024

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial**: educação especial, um direito assegurado. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. **Decreto Nº 6.571/2008** - Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca (1994)**: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

BRASIL. MEC. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica - Modalidade Educação Especial**. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010.

BRASIL. **Resolução nº 4 CNE/CEB 2009**. In.: Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CUNHA, Marcel Lima; CUNHA, Niágara Vieira Soares; SILVA, Natália Ayres. A defectologia de Vygotsky e a educação da criança cega. **Revista Formar Interdisciplinar**, Sobral v.1, n.2, p. 6-11, Jan - jun. 2013

HISTÓRICO da EAD no Brasil. e-Tec Brasil - Tópicos em Educação a Distância. 2008. Disponível em: <http://goo.gl/bjLo5w>. Acesso em: 13 nov. 2024.

MOSSORÓ. RESOLUÇÃO CME nº 01, de 26 de julho de 2023. Disponível em: <http://dom.mossoró.rn.gov.br> . Acesso em: 08 jun. 2024

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2000

SILVA, A. F.; CASTRO. A. L. B.; BRANCO, M. C. M. C. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física**. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

SILVA, Aline Maria da. **Educação Especial e Inclusão Escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Inter saberes, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

APENDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO – UFERSA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA -NEAD**

**TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS
AUTORAIS E DE AUTORIZAÇÃO DA GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA**

Entrevista Nº: 01

Considerando a Pesquisa **DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO PROFESSORE E PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM FELÍCIO DE MOURA, MOSSORÓ/RN NOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO ESCOLAR**, da estudante Elaine Dantas Vasconcelos Caitano, orientada pela professora Dra Ana Maria Bezerra Lucas, matrícula 1941856, que tem como pergunta da pesquisa: Quais são os principais desafios no fazer pedagógico dos professores e professoras que atuam na Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, em Mossoró/RN, no que se refere aos programas de inclusão?. E cujos objetivos são:

- a) Apresentar as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da Educação brasileira, com foco para a Educação no ensino fundamental;
- b) Descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, no que refere a formação de seus professores e professoras para atuação na área da Educação Especial;
- c) Investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Mossoró/RN para a formação de profissionais para atuação na área do Atendimento Educacional Especializado, e;
- d) Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam na Escola Municipal Felício de Moura no que concerne a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado.

Eu, Cláudia

CPF nº _____ concedi a pesquisadora, entrevista em 08/11/24 e

AUTORIZO (assinalar apenas uma das alternativas abaixo):

() A sua divulgação, cedendo os direitos autorais à pesquisadora para eventual publicação.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO – UFERSA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA -NEAD

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO, DE CESSÃO DE DIREITOS
AUTORAIS E DE AUTORIZAÇÃO DA GRAVAÇÃO DE ENTREVISTA

Entrevista Nº: 02

Considerando a Pesquisa **DESAFIOS PEDAGÓGICOS DO PROFESSORE E PROFESSORAS DA ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM FELICIO DE MOURA, MOSSORÓRN NOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO ESCOLAR**, da estudante Elaine Dantas Vasconcelos Caitano, orientada pela professora Dra Ana Maria Bezerra Lucas, matrícula 1941856, que tem como pergunta da pesquisa: Quais são os principais desafios no fazer pedagógico dos professores e professoras que atuam na Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, em Mossoró/RN, no que se refere aos programas de inclusão?. E cujos objetivos são:

- a) Apresentar as principais normativas legais que tratam da inclusão dentro da Educação brasileira, com foco para a Educação no ensino fundamental;
- b) Descrever como se encontra os programas de inclusão dentro da Escola Municipal Joaquim Felício de Moura, no que refere a formação de seus professores e professoras para atuação na área da Educação Especial;
- c) Investigar quais as principais ações e estratégias existentes na Secretaria Municipal de Mossoró/RN para a formação de profissionais para atuação na área do Atendimento Educacional Especializado, e;
- d) Analisar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e professoras que atuam na Escola Municipal Felício de Moura no que concerne a sua atuação no Atendimento Educacional Especializado.

Eu, Suziane
CPF nº

concedi a pesquisadora, entrevista em 11/11/2024 e

AUTORIZO (assinalar apenas uma das alternativas abaixo):

☐ () A sua divulgação, cedendo os direitos autorais à pesquisadora para eventual publicação.